

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA-PIMES

DESIGUALDADES REGIONAIS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

RELATÓRIO DE PESQUISA

Nº 2

EFEITOS ESPACIAIS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS
E SETORIAIS DO GOVERNO FEDERAL

PARTE V:

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA MONETÁRIA
E FINANCEIRA

RECIFE , ABRIL DE 1978

RELATÓRIO Nº 02

EFEITOS ESPACIAIS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SETORIAIS DO GOVERNO
FEDERAL.

- | | | |
|-------|-----|---|
| Parte | I | - Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvol
vimento Industrial. |
| Parte | II | - Efeitos Espaciais da Política de Comércio Exterior. |
| Parte | III | - Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvol
vimento Agrícola. |
| Parte | IV | - Efeitos Espaciais da Política Fiscal. |
| Parte | V | - Efeitos Espaciais da Política Monetária e Financeira. |

RELATÓRIO Nº 03

AValiação DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- | | | |
|-------|-----|---|
| Parte | I | - O Desenvolvimento Regional no Contexto dos Planos Na
cionais de Desenvolvimento. |
| Parte | II | - Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural: Re
gião Nordeste. |
| Parte | III | - Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Industrial:
Região Nordeste. |
| Parte | IV | - Avaliação dos Programas e de Desenvolvimento Rural :
Regiões Norte e Centro-Oeste. |
| Parte | V | - Avaliação do Programa de Desenvolvimento Industrial
da Amazônia : SUFRAMA. |

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA MONETÁRIA E FINANCEIRA

Parte V do Segundo Relatório da Pesquisa sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro apresentado ao IPEA/IPLAN em decorrência de convênio celebrado com o Curso de Mestrado em Economia (CME-PIMES), da Universidade Federal de Pernambuco. Este documento foi elaborado por João Sayad e contou com a colaboração de Jorge Jatobá (Coordenador Técnico da Pesquisa). A equipe de pesquisa agradece a contribuição de Ivan Targino Moreira que teve a árdua tarefa de, em Brasília, realizar levantamento de informações junto aos órgãos competentes.

ESTE DOCUMENTO É DE PROPRIEDADE DO IPEA. A
CIRCULAÇÃO É RESTRITA E A REPRODUÇÃO É PROIBIDA

CAPÍTULOS

Página

1. INTRODUÇÃO	01
2. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO E SEU IMPACTO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.	01
2.1 - Características Gerais do Setor Financeiro	01
2.2 - O Argumento Formal	04
2.3 - O Crédito Subsidiado	06
2.4 - Distribuição de Empréstimo e Política Monetária	06
2.5 - Conclusões	07
3. EFEITOS REDISTRIBUTIVOS DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL.	07
3.1 - Os Bancos Comerciais	08
3.2 - Os Programas de Crédito Subsidiado	14
3.3 - O Sistema BNDE	16
3.4 - Outros Programas de Crédito	18
3.5 - Outros efeitos da Política Monetária	20
4. RESUMO E PRINCIPAIS CONCLUSÕES.	22

LISTA DAS TABELAS

Pág.

Tabela:

1. Empréstimos dos Bancos Comerciais como Proporção da Renda Interna (em %); 1961, 1966 e 1970.	10
2. Empréstimos dos Bancos Comerciais e do Banco do Brasil como Proporção da Renda Interna (em %) ; 1961, 1966 e 1970.	10
3. Relação Empréstimo / Depósito Regional comparada à Relação Empréstimo / Depósito Nacional (todos os Bancos Comerciais); 1961, 1966 e 1973.	12
4. Relação Empréstimo / Depósito Regional comparada à Relação Empréstimo / Depósito Nacional (Banco do Brasil e Bancos Comerciais); 1961, 1966 e 1973.	13
5. Custo Total dos Programas de Empréstimos - Brasil 1970 - 1975.	15
6. Distribuição Regional dos Saldos de Crédito Rural (1969-75) e da Renda Interna da Agricultura (1970).	16
7. Distribuição Regional (em %) dos Redescontos de Produtos Especiais (café, cacau, mamona e sisal); 1966, 1973 e 1976.	17
8. Distribuição Regional dos Redescontos para Exportáveis Manufaturados; 1968, 1973 e 1976.	18
9. Distribuição Regional (em %) dos Empréstimos do Sistema BNDE (1967, 1973 e 1976), da Renda Interna da Indústria e da Renda Interna Total (1970).	18

EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA MONETÁRIA E FINANCEIRA

1. INTRODUÇÃO

Até a década dos 60, o desenvolvimento brasileiro foi caracterizado pelo processo de substituição de importações e pela política tarifária e cambial do governo. Os efeitos deste padrão de crescimento e da política governamental de industrialização e de comércio exterior sobre as disparidades regionais de desenvolvimento são analisados em outras partes deste relatório e já foram estudados sob outras óticas por Rebouças e Denslow.¹

As últimas duas décadas de crescimento da economia brasileira apresentaram um padrão diferente. O setor industrial continuou a ser o setor mais dinâmico da economia. No entanto, em período mais recente o seu crescimento passa a ser mais dependente do desenvolvimento do sistema financeiro do que da política cambial. Ao mesmo tempo, o governo passa a utilizar como instrumento de planejamento os programas especiais de crédito, ampliando a importância do setor financeiro na economia.

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do desenvolvimento do setor financeiro sobre as desigualdades regionais de renda, de maneira análoga aos demais segmentos deste relatório que estudam os rebatimentos regionais das políticas setoriais e fiscal do governo central, assim como, os efeitos espaciais do processo de desenvolvimento brasileiro no pós-guerra.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na seção seguinte discute-se o funcionamento do sistema financeiro e como este pode afetar a distribuição de renda entre pessoas e regiões. Na seção III apresenta-se uma análise empírica do problema. A última seção resume os principais resultados.

2. O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO E SEU IMPACTO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

2.1. Características Gerais do Setor Financeiro

Intermediários financeiros são firmas especializadas na compra e venda de ativos financeiros, isto é, ativos que representam poder de compra com

¹ REBOUÇAS, Osmundo "Efeitos de Políticas Econômicas sobre as Disparidades entre o Nordeste e o Centro Sul do Brasil", Estudos Econômicos, vol. 6, nº 3, abril 1976, pp. 83-112.

DENSLOW, David Jr. "As Origens da Desigualdade Regional no Brasil", Estudos Econômicos, vol. 3, nº 1, abril 1973, pp. 65-88.

uma data fixada, que pode ser a data corrente ou uma data futura qualquer. O setor financeiro compreende todos os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, de investimento, as companhias de crédito ao consumidor, imobiliário, as caixas econômicas e todos os bancos oficiais.

A intermediação financeira é apenas um dos mecanismos de financiamento disponíveis para uma economia de mercado. Outras formas de financiamento incluem o financiamento por taxação, por lucros retidos, pela inflação, etc. A escolha entre diversas formas de financiamento depende de considerações sobre a desejabilidade de alocar recursos financeiros através de preços de mercado, a igualdade das informações transmitida pelos preços de mercado, as diferenças entre a distribuição corrente de renda e a distribuição considerada aceitável pela sociedade. Quanto melhor for considerado o desempenho do mercado e mais aceitável a distribuição corrente de riqueza, maiores serão as vantagens que a intermediação financeira apresenta comparativamente a outras formas de financiamento. Do ponto de vista da distribuição de renda, a taxação é um mecanismo de financiamento mais apropriado do que a intermediação financeira, na medida em que esta última não consegue, do lado das captações, alterar a distribuição de renda significativamente, levantando recursos de acordo com a distribuição de poupanças entre as diversas classes de renda.¹

Para compreender as principais características do sistema financeiro, e principalmente seus impactos sobre a distribuição de renda, não é suficiente, entretanto, comparar a intermediação financeira com mecanismos alternativos. O que determina, fundamentalmente, o impacto do setor financeiro sobre a distribuição de renda, é a presença da incerteza e do risco em todas as suas atividades.

Uma transação financeira está associada a diversos riscos: existe risco e incerteza quanto à rentabilidade do projeto a ser financiado; quanto à capacidade de pagar da firma a que o projeto está associado, e os riscos e a incerteza que a aplicação considerada traz sobre a solvência e liquidez do próprio agente financeiro, pois intermediários financeiros são firmas com elevado grau de endividamento e portanto extremamente sensíveis à liquidez de suas aplicações.

O aspecto mais importante do risco associado à atividade financeira refere-se à desigual distribuição de informações entre aplicador e tomador. O tomador de empréstimos tem informações sobre a sua própria liquidez, rentabilidade e solvência, que não são completamente reveladas ao agente financeiro. Es-

¹ SAYAD, João "Planejamento, Crédito e Distribuição de Riqueza", Estudos Econômicos, Vol. 7, nº 1, Jan. 1977, pp. 9-34

² AKERLOF, G. "The Market for Lemmons", Quarterly Journal of Economics, 1970, Vol. LXXXIV, nº 3, August 1970.

ta distribuição assimétrica de informações complica a operação financeira e torna o risco e a incerteza, fenômenos ainda mais restritivos para a operação do setor.

É verdade que o sistema financeiro conta com mecanismos para diminuir o risco de suas aplicações. Em primeiro lugar, pode diminuir o risco associado a uma dada carteira de investimentos através da diversificação. Em segundo lugar, uma taxa de juros mais elevada pode tornar a aplicação financeira mais atraente para o agente financeiro e ao mesmo tempo menos atraente para o investidor.

Mas ambos os mecanismos são limitados. A diversificação evita apenas uma parcela do risco e é limitada pelo volume máximo de aplicações. A elevação da taxa de juros depois de um certo limite pode aumentar as probabilidades de perda mais rapidamente do que o lucro esperado da operação. E, em ambos os mecanismos permanece o problema mais importante de que a distribuição de probabilidades conhecida pelo tomador é diferente da distribuição de probabilidades revelada ao aplicador.

Por estas razões, o sistema financeiro está sempre envolvido com problemas de confiança. A frase "bancos só emprestam dinheiro a quem não precisa" é bastante ilustrativa do problema e revela a importância dos fatores mencionados.¹

O funcionamento do setor financeiro não pode se basear simplesmente em regras de mercado. O setor necessita de regulamentação governamental que controle a entrada de novas firmas, e de empréstimo de emergência que garantam sua solvência em casos especiais. O setor precisa também, de um conjunto de regras de comportamento e atitudes bastante conservadoras para garantir a sua sobrevivência.

De um ponto de vista operacional, a atitude conservadora do setor financeiro se reflete na sua política de distribuição de empréstimos. Quanto mais conservadora a sua atitude, maiores serão as garantias que exigirá dos tomadores de empréstimos, e maior será a discriminação entre grandes e pequenos clientes, entre tomadores estabelecidos no mercado há muito tempo e clientes "recém-chegados", entre o financiamento de atividades tradicionalmente lucrativas

¹ HIRSCH, Fred "Mr. Bagehot does not answer in Basle", mimeo, February 1975.

e o financiamento de novas atividades,

Esta política de empréstimos terá efeitos sobre a distribuição futura de rendas. Quanto mais conservadora a atitude do setor financeiro, mais a distribuição futura de riquezas será dependente da distribuição corrente de riquezas. Quanto mais discriminatória sua política de distribuição de empréstimos, maiores as possibilidades de que a distribuição de renda futura será mais concentrada. Estes aspectos serão tratados formalmente na seção abaixo.

2.2. O Argumento Formal

Suponha que o sistema financeiro opere numa economia com duas classes de renda. A classe de renda A é a classe mais rica e recebe Y_A da renda total e a classe B, a mais pobre, recebe Y_B da renda total. Na ausência de um setor financeiro, o crescimento da renda de cada classe é dado pelo crescimento de sua riqueza. A taxa de crescimento da riqueza possuída por cada classe é, por outro lado, determinada pela taxa de poupança de cada classe. Assim, a taxa de crescimento da renda de cada classe é dada por:

$$\dot{Y}_A = S_A r \quad \dot{Y}_B = S_B r$$

onde um circunflexo sobre a variável indica taxa de crescimento, r a taxa de retorno da economia, e S_A e S_B a propensão marginal a poupar de cada classe. Como $Y_A > Y_B$ é de se esperar que $S_A > S_B$ e portanto a disparidade de renda entre as duas classes tende a aumentar. Assim, neste exemplo, os ricos poupam mais e ficam cada vez mais ricos. Os pobres poupam menos e sua riqueza cresce mais lentamente e estes se tornam cada vez mais pobres, relativamente a outra classe.

Suponha, agora, que se instale nesta economia um setor financeiro que fica encarregado de aplicar as poupanças de ambas as classes. Neste caso, os empréstimos do setor financeiro seriam iguais às poupanças recolhidas de ambas as classes (esquecendo qualquer efeito multiplicador e a presença de moeda, para fins de simplificar o exemplo) ou seja:

$$S_A Y_A + S_B Y_B = L = L_A + L_B$$

Os empréstimos totais são distribuídos entre as duas classes em função das rendas correntes destas classes. Chamando

$$l_A = \frac{L_A}{Y_A} \quad \text{e} \quad l_B = \frac{L_B}{Y_B}, \quad \text{as rendas de cada classe}$$

crescerão agora a taxas

$$\dot{Y}_A = l_A (r-i) \quad \dot{Y}_B = l_B (r-i)$$

onde i é a taxa de juros cobrada pelo setor financeiro,

As disparidades na distribuição de riqueza diminuirão em relação à situação anterior se $\ell_A < S_A$ e $\ell_B > S_B$, e diminuirão absolutamente se $\ell_A < \ell_B$ ¹.

Se considerarmos ℓ_A e ℓ_B como as garantias requeridas pelo sistema financeiro para conceder os empréstimos, a disparidade de renda entre as duas classes só diminuiria se o sistema financeiro exigisse colateral menor para as classes de renda menor. Ou seja, ao emprestar para as classes de renda elevadas, o sistema financeiro exigiria um cruzeiro de garantia para cada um cruzeiro de empréstimo, por exemplo. E, para as classes de renda mais baixas, apenas 50 centavos de renda para cada cruzeiro de empréstimo.

As observações da seção anterior quanto à atitude conservadora do setor financeiro coloca em dúvida a plausibilidade desta hipótese. A observação de que as classes de renda maiores poupam mais e que nas classes de renda menores as despesas fixas de subsistência representam uma porcentagem importante do orçamento, por outro lado, fazem com que as garantias exigidas das classes de renda maiores sejam em geral menores do que as garantias exigidas das classes de renda mais elevadas.

Para que o sistema financeiro apenas não concentrasse mais a distribuição de riqueza no futuro, deveria oferecer $\ell_A = S_A$ e $\ell_B = S_B$, ou seja, o sistema financeiro deveria ser segmentado, emprestando à classe de renda A os recursos captados na classe de renda B. Neste caso, o setor financeiro teria uma atuação "neutra" sobre a distribuição de renda, não elevando nem diminuindo a concentração de riqueza existente entre as classes A e B.

Este argumento formal pode ser usado para se avaliar as repercussões do sistema financeiro sobre as desigualdades de renda entre regiões. É suficiente que se considere duas regiões A e B, sendo A mais rica do que B. Por conseguinte, a aplicação do modelo pode contemplar o problema regional, na medida em que se substitua a noção de classes de renda pessoal por regiões². Na seção III tentar-se-á me

¹ Se considerarmos os juros pagos pelos tomadores e que os agentes financeiros exigem juros maiores quando as garantias são menores, teremos: $\hat{Y}_A = \ell_A(r - i_A)$ e $\hat{Y}_B = \ell_B(r - i_B)$

Para que as disparidades de renda diminuíssem seria necessário, que $\ell_A(r - i_A) < \ell_B(r - i)$, ou seja, que a variação no volume de garantias exigido seja menor do que o diferencial de juros.

² O modelo pode ser estendido para qualquer número de regiões. Ademais, pode-se introduzir classes de renda diferenciadas para cada uma das regiões, o que tornaria o modelo mais complexo em sua operacionalização matemática e no estabelecimento de condições para o aumento ou diminuição das disparidades de renda.

dir os valores ℓ_A e ℓ_B entre regiões de modo a averiguar como o sistema financeiro pode ter alterado a repartição regional da renda.

2.3. O Crédito Subsidiado

No exemplo anterior, não se considerou o caso do crédito subsidiado, isto é, dos programas de crédito que tentam incentivar algumas atividades econômicas através da concessão de empréstimos a taxas de juros menores que as do mercado. No Brasil, este tipo de crédito assume um papel fundamental, tanto ao compará-lo com o total de recursos gastos pelo Governo, quanto ao comparar o saldo de programas de crédito subsidiado com os demais saldos de empréstimos.

A distribuição dos recursos de crédito subsidiado deve estar associado à exigência de garantias maiores por parte do setor financeiro. A utilização de uma taxa de juros significativamente menor do que a taxa de juros de mercado, faz com que os agentes financeiros utilizem outros mecanismos para distribuir os saldos de crédito subsidiado entre os diversos pretendentes. Estes outros mecanismos incluem o preenchimento de requisitos burocráticos e a apresentação de garantias colaterais maiores. Em termos do modelo formal, isto significa que os recursos dos programas de crédito subsidiado devem ser distribuídos com ℓ_A maior do que ℓ_B , mas com diferenças ainda maiores do que no caso dos programas de crédito normais.

Apesar de a taxa de juros ser um instrumento limitado para compensar os riscos de uma operação financeira, ela fornece um incentivo para que os agentes financeiros assumam riscos, e um desincentivo aos clientes maiores e mais líquidos e mais arriscados. Ao se comparar as garantias exigidas nos programas de crédito ao consumidor, onde as taxas de juros são sensivelmente elevadas, com as garantias exigidas nos programas de crédito rural por exemplo, conclui-se que taxas de juros maiores estão associadas à exigência de garantias menores.

Desta forma, a utilização de programas de crédito subsidiado agrava duplamente os efeitos do setor financeiro sobre a distribuição de renda. Em primeiro lugar, porque os recursos dos programas de crédito subsidiado devem ser distribuídos de forma ainda mais concentrada do que os recursos de programas de crédito não subsidiado. Em segundo lugar, porque os saldos de empréstimo obtidos nestes programas trazem um subsídio implícito de magnitude não desprezível. Desta forma, no caso de crédito subsidiado espera-se que a diferença ($\ell_A - \ell_B$) seja maior do que nos demais programas de crédito.

2.4. Distribuição de Empréstimos e Política Monetária

Finalmente deve-se considerar os efeitos da política de distribuição de empréstimos do setor financeiro durante períodos de variações no nível de liquidez

da economia. Desde 1964, a política monetária foi intensamente utilizada nos programas de combate à inflação.

O sistema financeiro é extremamente sensível a variações de liquidez, já que é constituído por empresas que apresentam grau elevado de endividamento quando comparado com os demais setores da economia. Desta forma, durante os períodos de contenção de liquidez é de se esperar que este setor assuma uma atitude discriminatória em relação aos empréstimos que possam comprometer de qualquer forma sua liquidez e solvência. Em outras palavras, é de esperar que durante períodos de corte na liquidez da economia, o setor financeiro assuma uma atitude ainda mais conservadora, e exerça alguma discriminação contra os empréstimos a pequenas firmas, aos clientes menores, e que possuam quantidade menor de ativos líquidos, que em geral tendem a se localizar mais frequentemente em regiões mais pobres.

Em termos do modelo formal apresentado é de se esperar que os agentes financeiros aumentem a diferença entre l_A e l_B nos períodos de corte de liquidez e tenham, portanto, efeitos concentradores sobre a distribuição de renda.

2.5. Conclusões

Nesta seção argumentou-se que o funcionamento do sistema financeiro exige necessariamente uma atitude conservadora na política de distribuição de empréstimos. Esta atitude conservadora faz com que a política de distribuição de empréstimos possa ter efeitos perversos sobre a distribuição de renda entre classes, redistribuindo mais poder de compra para as classes de renda mais elevadas, ou dando possibilidades maiores de investimento para as firmas maiores, para as regiões mais ricas, etc.

Argumentou-se também, que esta política discriminatória e seus efeitos perversos sobre a distribuição de renda podem se agravar nos casos de programas de crédito subsidiado e em períodos de corte de liquidez da economia.

Nas seções seguintes, testar-se-ão estes resultados não em termos de distribuição de renda entre classes ou entre firmas de tamanho diferente, mas ao nível da distribuição de renda entre regiões. Para tal, deve-se considerar regiões de rendas diferentes analogamente a clientes de renda diferentes.

3. EFEITOS REDISTRIBUTIVOS DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL

Nesta seção, analisar-se-á como o sistema financeiro redistribuiu poder de compra entre as diversas regiões do Brasil e se este processo de redistribuição

de poder de compra tem contribuído para agravar as disparidades regionais de renda.

Considerar-se-á a distribuição dos depósitos e empréstimos dos bancos comerciais, dos empréstimos do Sistema de Crédito Rural e do BNDE. As informações disponíveis sobre os empréstimos do BNH são muito limitadas e serão tratadas marginalmente.

É importante observar que, à exceção dos depósitos à vista dos bancos comerciais, não se pretende analisar a distribuição regional de outras fontes de recursos do sistema financeiro como as cadernetas de poupança, depósitos e prazo, letras imobiliárias, etc. A razão para esta omissão está baseada no fato de que estes ativos financeiros rendem uma taxa de juros de mercado e são comprados voluntariamente. Desta forma, a distribuição regional das diversas fontes de captação de recursos reflete simplesmente a distribuição regional da renda e diferentes propensões marginais a poupar¹. Assim, se a região A mais rica, poupa mais, e compra mais ativos financeiros do que a região B, este fato não pode ser atribuído ao sistema financeiro, se as taxas de juros pagas em ambas as regiões são iguais.

No caso de poupanças compulsórias como o PIS e o FGTS este raciocínio não se aplica e dever-se-ia, portanto, analisar a sua distribuição regional. Entretanto, não se teve acesso às informações sobre a origem regional destes recursos. Além disto, a política de captação de recursos do PIS e do FGTS não é determinada nem pelo setor financeiro nem pelas autoridades monetárias. Somente o caso dos depósitos à vista nos bancos comerciais que rendem juros zero será considerado explicitamente.

3.1. Os Bancos Comerciais

Inicia-se a análise pela distribuição de empréstimos de todos os bancos comerciais, apresentada na Tabela 1 abaixo, onde são evidenciados os dados de empréstimo como proporção da renda interna de cada região, para os anos de 1961, 1966 e 1970. A escolha destes anos justifica-se pela tentativa de avaliar como mudanças na liquidez da economia alteram a distribuição de recursos entre as regiões. Os anos de 1961 e 1970 foram períodos de grande liquidez na economia e caracterizados por expressivos surtos de expansão econômica. O primeiro se constituiu no último ano de um período de intenso crescimento que teve início em 1956 com o Governo Kubsthechk. Já, 1970, é um divisor relevante para as duas fases que caracterizaram o

¹ A rigor, a distribuição das diversas fontes de recursos financeiros regionais também é afetada pela liquidez e pela oferta de empréstimos do sistema financeiro de cada região.

boom industrial do período 1968-1974. Este ano situa-se na transição em que o crescimento econômico passa a ser estimulado mais pelo lado da oferta do que da demanda¹. Em 1966 a economia sofreu uma profunda queda na sua liquidez real, situando-se o período em uma fase de considerável recessão econômica.

Os dados não atestam favoravelmente à hipótese de trabalho: enquanto cada cruzeiro de renda gerava 35 centavos de empréstimos na região Sudeste (a mais rica) e apenas 26 centavos na região Nordeste em 1961, em 1966, no ponto crítico de retração da liquidez da economia, a região Nordeste passou a obter 20 centavos por cruzeiro de renda e a região Sudeste apenas 18 centavos. Ademais, observe-se dois fatos. Em primeiro lugar, há uma considerável queda, entre 1961 e 1966 nos empréstimos como proporção da renda interna em todas as regiões, refletindo obviamente a relativa escassez de recursos financeiros na economia. Em 1970, a relação aumenta na medida em que há expansão da liquidez. Em segundo lugar, foram as regiões Sudeste e Sul (no Centro-Oeste o fenômeno é pontual, i.e., Brasília, por incluir a sede do Banco do Brasil) que apresentaram redução mais brusca na relação empréstimos-renda interna. No Norte e Centro-Oeste a queda foi bem menos significativa. Esta diferenciação no declínio do referido coeficiente revela uma maior sensibilidade das economias das regiões mais prósperas a reduções na liquidez, evidenciando que tanto o núcleo quanto a periferia dinâmica da economia, respondem com mais intensidade, por conta da maior complexidade e modernização de suas atividades econômicas, a variações no grau de liquidez real do que as economias das regiões periféricas.

Em 1970, em pleno surto de expansão econômica, a região Nordeste gerava para cada cruzeiro de renda 18 centavos a mais de empréstimo do que a região Sudeste e 4 centavos a mais do que a região Sul. De fato, neste ano o Nordeste apresentou a maior relação empréstimos-renda interna dentre todas as macrorregiões brasileiras e a região Sudeste a menor. Há de se inquirir sobre este dado que parece refletir para o Nordeste o fato de 1970 ter sido um ano de seca, que não só comprimiu a renda interna regional, mas gerou empréstimos de emergência para socorrer as atividades agropecuárias atingidas pelo flagelo, sobretudo por parte do Banco do Nordeste do Brasil

É importante analisar o Banco do Brasil separadamente. Este banco responde por quase 40% dos empréstimos totais dos bancos comerciais e é responsável por uma parcela ainda maior de empréstimos subsidiados. Além disto, como um banco estatal pode ter uma atitude diversa dos demais bancos na sua política de distribuição de empréstimos regionais. A Tabela 2 abaixo apresenta os dados separadamente.

¹ C.f. CME-PIMES, Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal, Relatório nº 2 da Pesquisa sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. Parte I, Recife, abril, 1978.

gião Sul em todos os anos. Uma desagregação do destino dos empréstimos, por certo, revelaria o setor agrícola daquela região, sobretudo a cafeicultura, como a mais

TABELA 1

EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS COMO PROPORÇÃO DA RENDA INTERNA
1961-1966- 1970

REGIÕES \ ANOS	1 9 6 1	1 9 6 6	1 9 7 0
Norte	23,5	19,4	26,4
Nordeste	25,6	19,5	32,5
Sudeste	35,0	18,9	24,1
Sul	37,5	16,8	28,6
Centro-Oeste*	790,0*	280,0*	1.047,0*
BRASIL	37,8	26,8	26,4

FONTE: Boletim do Banco Central, Anuário Estatístico e Conjuntura Econômica

(*): - Inclui a sede do Banco do Brasil

TABELA 2

EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS E BANCO DO BRASIL COMO PROPORÇÃO
DA RENDA INTERNA (EM %)

REGIÕES \ BANCOS E ANOS	BANCO DO BRASIL			BANCOS COMERCIAIS **		
	1961	1966	1970	1961	1966	1970
Norte	9,3	5,4	5,7	14,2	14,0	20,7
Nordeste	12,9	7,8	9,8	12,7	11,7	22,7
Sudeste	12,4	5,6	6,9	22,6	13,3	17,2
Sul	20,7	8,8	17,2	16,8	8,0	11,4
Centro-Oeste*	532,0*	2.710,0*	909,0*	-	-	-
BRASIL	18,0	14,8	11,0	19,8	12,0	

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, Contas Nacionais, Relatório do Banco do Brasil e Conjuntura Econômica/julho de 1977.

(*): - Inclui a sede do Banco do Brasil

** - Exclusive Banco do Brasil

O Banco do Brasil aparenta, pelos dados da Tabela 2, ter uma política de distribuição de empréstimos menos favorável à região Sudeste do que os bancos comerciais. Observe-se na Tabela 2 que a relação empréstimos do Banco do Brasil - renda interna é mais favorável (excluindo-se o caso especial do Centro-Oeste) à região Sul em todos os anos. Uma desagregação do destino dos empréstimos, por certo, revelaria o setor agrícola daquela região, sobretudo a cafeicultura, como a mais

beneficiada. Convém destacar que em todos os anos da série, o coeficiente empréstimos BB-renda interna também foi maior para o Nordeste do que o Sudeste, enquanto a região Norte foi a menos beneficiada em termos relativos. Ao se considerar a mesma relação para os Bancos Comerciais, exclui-se o Banco do Brasil, nota-se a exceção de 1961, que foram as regiões Norte e/ou Nordeste que apresentaram o maior volume de empréstimos como proporção da renda interna do País, sendo este fato mais nítido para o ano de 1970. Mais uma vez cabe levantar a hipótese a respeito de um possível papel compensador exercido pelos bancos regionais de desenvolvimento, que também operam como bancos comerciais ou seja, o Banco do Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que teriam atenuado o efeito concentrador que os bancos comerciais privados tenderiam a exercer em benefício das regiões mais prósperas do País, já que nestas regiões o maior grau de concentração das atividades econômicas, assim como a sua maior complexidade exigiriam em termos proporcionais uma maior presença dos bancos comerciais privados. Em função destas considerações continua difícil concluir que, ao nível regional, os bancos oficiais e privados em conjunto, tenham tido um comportamento desfavorável às regiões mais pobres do País mesmo em anos de baixa liquidez.

No caso dos bancos comerciais é interessante observar como estes movimentam recursos e aplicações entre as diversas regiões. A maior parte dos bancos comerciais tem rede nacional de agências e podem promover redistribuições bastante vultosas de recursos entre as diversas regiões do País. Como os depósitos à vista não são remunerados, a captação de depósitos na região mais pobre e a sua transferência como empréstimo para a região mais rica, por exemplo, poderia ser considerada uma redistribuição perversa de renda.

Para analisar esta possibilidade apresenta-se na Tabela 3 os dados da relação empréstimo/depósito dos bancos comerciais em cada região dividida pela relação empréstimo/depósito nacional. No caso em que este quociente for menor do que 1, a região estará exportando depósitos, já que cada cruzeiro de depósito da sua região gera menos empréstimos do que em outras regiões. Quando maior do que 1, a região estará importando depósitos.

Os dados são apresentados novamente para três anos (vide Tabela 3) para que se possa testar a presença de comportamento diferente durante anos de liquidez menor.

Os valores apresentados para o caso de todos os bancos comerciais mostram que a região Sudeste é uma exportadora de depósitos, e a região Sul, importadora. A região Nordeste que apresentou uma relação em torno de 1 em 1961 e 1966 - mostra-se claramente importadora de depósitos em 1970. A região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta uma tendência, pelo menos nestes três anos, declinante na relação, o que sugere que a região passou da condição de recebedora para emissora. 11

TABELA 3

RELAÇÃO EMPRÉSTIMO/DEPÓSITO REGIONAL COMPARADA A
 RELAÇÃO EMPRÉSTIMO/DEPÓSITO NACIONAL
 TODOS OS BANCOS COMERCIAIS
 1961, 1966 e 1973

REGIÕES	ANOS	1961	1966	1973
Norte		0,85	1,12	1,00
Nordeste		1,02	0,99	1,58
Sudeste		0,69	0,90	0,88
Sul		1,34	1,47	1,66
Centro-Oeste		1,93	1,01	0,60
Brasil		1,00	1,00	1,00

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

quida de recursos sob a forma de depósitos à vista. A região Norte evidencia um comportamento errático no coeficiente em análise não permitindo detectar nenhuma tendência entre os anos contemplados na Tabela. Quando se separa o Banco do Brasil dos demais bancos comerciais, o quadro não se altera significativamente embora algumas tendências se tornem mais nítidas (vide Tabela 4). Ao se considerar o coeficiente só para o Banco do Brasil, observa-se que as regiões Norte e Sudeste aparecem claramente como exportadoras e o Nordeste e Sul como importadoras, sobretudo esta última, cujos coeficientes situam-se sempre acima de dois para todos os anos. Ainda no que se refere ao Banco do Brasil, a região Centro-Oeste apresenta-se nos anos extremos da série como exportadora e em 1966 como importadora de depósitos. A análise dos dados relativos aos bancos comerciais, exceto Banco do Brasil, mostra uma tendência inversa ao deste último sugerindo, a exceção de 1973, que as regiões Sul e Nordeste são importadoras de depósitos via Banco do Brasil e exportadoras através dos demais bancos comerciais. Vez que os Bancos regionais de desenvolvimento, sobretudo o BNB e menos o BASA, atuam fundamentalmente ao nível intra-regional pode-se especular se os dados constantes da Tabela 4 indicam que a transferência de depósitos via bancos comerciais privados das regiões Sul e Nordeste para outras regiões, sobretudo o Sudeste, não seria compensado pelo comportamento do Banco do Brasil que assumiria desta forma o papel de amortecedor de vazamentos via setor bancário privado.

Em resumo, pode-se dizer que a movimentação de depósitos através de todos os bancos comerciais (oficiais e privados) entre as diversas regiões não tem um caráter nitidamente concentrador de renda e este comportamento não é alterado em anos de menor liquidez. Este resultado pode ser compreendido ao

se observar as diferenças na distribuição dos saldos de depósitos em cada região. A região Sudeste concentra 58% dos depósitos do país. Uma "importação" de depósitos de outras regiões para a região Sudeste seria difícil. Um aumento de apenas 1 % na relação empréstimo/depósito da região Sudeste, implicaria numa redução de 6% na relação empréstimo/depósito das demais regiões.

Dentro do sistema de bancos comerciais falta considerar a distribuição dos saldos de redesconto de liquidez. Estes recursos são fornecidos aos bancos comerciais a uma taxa de juros pouco abaixo do mercado, sendo sua utilização restrita aos casos de "emergência" e temporários. Ademais, ao contrário da relação encaixe-depósito que é diferenciada por praças, as taxas de juros cobradas nas operações de redesconto de liquidez são uniformes para todo o país. Dado o aumento na concentração bancária na região Sudeste, é fácil concluir que o redesconto de liquidez tem uma distribuição regional desigual, concentrando-se nas regiões mais ricas do país. Como exemplo, basta observar que em 1976 os saldos oficiais destas operações atingiram o valor de 6 bilhões e 500 milhões de cruzeiros em setembro, sendo 3.6 bilhões para São Paulo e 2.3 bilhões para o Rio.

TABELA 4
 RELAÇÃO EMPRÉSTIMO/DEPÓSITO REGIONAL COMPARADA
 A RELAÇÃO EMPRÉSTIMO/DEPÓSITO NACIONAL
 BANCO DO BRASIL E BANCOS COMERCIAIS
 1961, 1966 e 1973

BANCOS E ANOS REGIÕES	BANCO DO BRASIL			BANCOS COMERCIAIS *		
	1961	1966	1973	1961	1966	1973
Norte	0,46	0,62	0,72	1,35	1,67	1,18
Nordeste	1,24	1,10	1,54	0,59	0,96	1,42
Sudeste	0,53	0,90	0,76	1,14	0,99	0,95
Sul	2,29	2,34	2,80	0,60	0,97	1,17
Centro-Oeste	0,70	1,39	0,58	-	-	-
Brasil	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

FONTE: Boletim do Banco Central

Boletim do Banco do Brasil

* Exceto Banco do Brasil

3.2. Os programas de crédito subsidiado

Na primeira seção deste trabalho, observou-se que se a operação' do sistema financeiro tende a redistribuir poder de compra de uma forma perversa em termos de distribuição de renda, no caso dos programas de crédito subsidiado, este problema tende a ser ainda mais grave. Em primeiro lugar, porque' o sistema financeiro não pode contar com o mecanismo taxa de juros para racio¹nar a demanda. Assim, os bancos utilizam mais outros critérios como tamanho , liquidez, etc., favorecendo mais acentuadamente os tomadores maiores.

Além disto, o processo de distribuição de empréstimos está associado diretamente a uma redistribuição de renda dada pelo valor do subsídio - implícito em cada cruzeiro de crédito obtido. A importância do crédito subsidiado pode ser avaliada na Tabela 5 onde se mostra a variação dos saldos deste tipo de crédito e dos gastos governamentais. Os custos dos programas de - crédito subsidiado representam hoje quase que 12% dos gastos do governo federal, estadual e municipal.

A Tabela 6 mostra a distribuição percentual dos saldos de crédito rural desde 1969 até 1975 que é o maior item do total dos programas de crédito subsidiado.¹ A concentração de recursos nas regiões Sudeste e Sul é nítida em todos os anos apresentados na Tabela.

Observa-se adicionalmente que entre 1969 e 1975, a participação' das regiões Sul e Centro-Oeste no total dos saldos de crédito rural tende permanentemente a se elevar, enquanto a da região Sudeste tende a cair. O Nordeste apresenta, por sua vez, uma participação aproximadamente constante, na medida em que tem oscilado em torno dos 12 a 13%. A região Norte tem uma participação muito pouco significativa e com pequenas variações ano a ano. Convém, - destacar que a fração dos saldos de crédito rural apropriados pela região Sudeste, embora declinante, está bem acima da participação desta região na renda agrícola brasileira, enquanto a do Nordeste e Norte situam-se bem abaixo - de suas respectivas participações na renda interna da agricultura em 1970. A região Sul, por outro lado, ao aumentar persistentemente a sua participação -

¹ Para uma análise mais detalhada dos efeitos regionais da política de crédito rural consultar CME-PIMES, Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal Recife, Relatório de Pesquisa nº2, Parte III, Cap. 4.

no total de créditos rurais, tem se aproximado da sua importância relativa na geração da renda agrícola nacional. Portanto, à exceção da região Sul há desequilíbrios evidentes na repartição regional do crédito rural que tende a beneficiar mais que proporcionalmente a importância agrícola, em termos de renda interna, a região mais próspera do país vis-à-vis às regiões periféricas do Norte e Nordeste. O Centro-Oeste, durante o período em análise, aumentou a sua participação no crédito rural de modo a inverter a relação entre o percentual de crédito apropriado e sua fatia na renda interna da agricultura.

Por conseguinte, comparando os resultados acima com os de crédito em geral dos bancos comerciais, conclui-se que a distribuição regional de crédito subsidiado é altamente concentrado nas regiões mais prósperas.

TABELA 5
CUSTO TOTAL DOS PROGRAMAS DE EMPRÉSTIMOS - BRASIL
1970-1975

ANO	SALDO DE EM PRÉSTIMOS ¹	TAXA ⁴ DE INFLAÇÃO	TAXA DE JUROS REAL ⁵	CUSTO ⁶ TOTAL	GASTOS DO GOVERNO
1970	15.041	19.8	- 4.2	631	28.785
1971	20.872	20.4	- 4.7	980	37.375
1972	32.038	17.0	- 1.7	544	48.542
1973	53.649	15.1	0	-	64.251
1974	55.790 ²	28.9	-12.1	6.750	82.819 ⁷
1975	97.219 ³	30.1	-13.1	12.735	107.748 ⁷

¹ Soma dos Empréstimos Rurais do Banco do Brasil e dos Bancos comerciais e do total dos Empréstimos dos Bancos de Desenvolvimento.

² Exclui bancos de desenvolvimento federais.

³ Exclui todos os bancos de desenvolvimento.

⁴ Índice Geral dos Preços - coluna 2 de Conjuntura Econômica

⁵ Calculado supondo juros de 15% a.a. nos empréstimos subsidiados.

⁷ Estimado como o valor de 1973 corrigido pela inflação do ano.

FONTES: Boletim do Banco Central
Centro de Contas Nacionais - IBRE
Conjuntura Econômica.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS SALDOS DE CRÉDITO
RURAL (1969/1975) E DA RENDA INTERNA DA AGRICULTURA
(1970)

ESPECIFICAÇÃO REGIÃO	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO RURAL							RENDIA AGRÍCOLA
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1970 (%)
Norte	1.4	1.0	1.1	1.7	1.3	1.0	1.3	3.6
Nordeste	13.7	10.8	13.0	12.2	11.4	11.6	12.7	20.2
Sudeste	49.4	49.9	46.1	42.8	44.2	42.5	37.7	33.8
Sul	28.3	31.8	32.6	34.5	34.6	36.1	38.2	35.3
Centro-Oeste	7.2	6.5	7.2	8.0	8.4	8.7	10.1	7.0
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Conjuntura Econômica, junho de 1974, pp. 76-78
Sayad (1976).

Os programas de crédito rural, geram para os bancos comerciais - direitos ao redesconto especial com taxas subsidiadas. É difícil concluir se os subsídios são apropriados pelos bancos ou pelas regiões onde os bancos operam. De qualquer forma como o programa de crédito rural é desigualmente concentrado na região Sudeste, os saldos de redesconto também devem se concentrar - nesta região.

As duas últimas Tabelas (7 e 8) mostram a distribuição de dois programas de crédito subsidiado importantes: o redesconto para produtos especiais (cacau, café, fumo, mamona e sisal) e o redesconto de exportação de manufaturados. Quanto ao primeiro, a elevada concentração nas regiões Sul-Sudeste deve-se sobretudo ao café, que como se sabe, apropria a maior fração destes recursos. O Nordeste que produz cacau, mamona sisal e fumo tem contudo uma participação reduzida neste programa de crédito subsidiado (vide Tabela 7). Quanto ao redesconto para a exportação de manufaturados, a sua distribuição regional está condicionada pela distribuição espacial da atividade manufatureira, embora a região Sul apresente uma apropriação destes recursos em proporção superior a sua importância relativa na geração do produto industrial. Tal fato deve refletir uma relativa especialização de alguns setores da indústria, tais como calçados, para os mercados externos, naquela região.

3.3. O Sistema BNDE¹

O Sistema BNDE inclui os empréstimos de todas as subsidiárias

¹ Para uma análise detalhada da atuação regional do BNDE vide, CME-PIMES, - Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal, Relatório de Pesquisa nº 2, Parte I, Cap. 4, Recife.

como o FINEP, FINAME, etc. O BNDE trabalha com juros e correção monetária, pré-fixada recentemente. Até 1976, o banco operava com juros e correção monetária limitada a 20%.

É difícil concluir, se o BNDE trabalha com juros subsidiados ou não. Mas, a receita operacional do banco representa apenas 16% do saldo de empréstimos em 1975 e 21% deste saldo em 1976. Com taxas de inflação entre 30 e 40% nestes anos, parece que o banco trabalhou com juros pelo menos abaixo dos juros de mercado.

Os recursos do BNDE montam em 1976 a 70 bilhões de cruzeiros e incluem a maior parte dos recursos dos bancos estaduais de desenvolvimento. A Tabela 9 a seguir mostra a distribuição regional de recursos. A especialização do BNDE em financiar investimentos industriais e a concentração industrial no sudeste explica uma maior destinação de empréstimos para esta região. Apesar desta maior concentração relativa de empréstimos na região Sudeste, observa-se que o BNDE tem destinados seus recursos em proporção menor do que a importância relativa desta última região na geração do produto industrial e, em proporção maior do que a participação das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste na renda interna da indústria para o país como um todo, pelo menos que diz respeito aos anos que constam da Tabela 9. Por conseguinte, apesar da mais alta destinação de empréstimos para a região onde se situa o núcleo dinâmico da economia do país, não deve passar despercebido que a repartição regional dos recursos do BNDE é muito mais equilibrada do que aquela observada para a distribuição regional dos saldos de crédito rural (vide Tabela 6). Contudo, os dados evidenciam que para cada cruzeiro de produção industrial, o Sudeste recebe 1,5 centavos de empréstimos, e, o Nordeste e Norte apenas 0,6 centavos.

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL (EM %) DOS REDESCONTOS
DE PRODUTOS ESPECIAIS (CAFÉ, CACAU, MAMONA E
SISAL)

REGIÕES \ ANOS	1966	1973	1976
Norte	-	-	-
Nordeste	14,4	10,4	8,7
Sudeste	63,0	58,1	67,4
Sul	22,5	31,5	23,9
Centro-Oeste	-	-	-
Brasil	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS REDESCONTOS PARA
EXPORTÁVEIS MANUFATURADOS

REGIÕES	ANOS	1968	1973	1976
Norte	-	-	0,6	1,6
Nordeste	1,0	9,3	8,3	
Sudeste	91,0	74,9	70,6	
Centro-Oeste	0,3	-	0,4	
Sul	7,7	15,2	19,1	
Brasil	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Banco Central

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL (EM %) DOS EMPRÉSTIMOS
DO SISTEMA BNDE, DA RENDA INTERNA DA INDÚS-
TRIA E DA RENDA INTERNA TOTAL

REGIÕES	EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BNDE			RENDA INDUSTRIAL	RENDA INTERNA
	1967	1973	1976	1970	1970
Norte	0.0	1.7	0.1	1.1	1.96
Nordeste	6.5	19.6	17.5	5.8	10.7
Sudeste	66.3	34.7	51.3	80.3	59.9
Sul	23.3	17.0	14.6	12.0	15.7
Centro-Oeste	3.4	2.1	3.0	0.8	3.3
Brasil	100,0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Relatório de Atividades do BNDE

3.4. Outros Programas de Crédito

O programa de crédito ao consumidor teve um importante papel na retomada da expansão econômica a partir de 1968, na medida em que estimulou a demanda por produtos manufaturados, ampliando o mercado interno para os gêneros produtores de bens de consumo duráveis e permitindo uma maior utilização da capacidade instalada da indústria herdada da fase anterior de industrialização substitutiva de importações. Infelizmente não se pôde obter dados regionalizados sobre os saldos de crédito ao consumidor que permitisse uma análise em bases mais realistas sobre a repartição regional deste tipo de crédito. Sabese, contudo, que esta modalidade de empréstimo opera com taxas de juros -

sensivelmente elevadas e com um grande número de tomadores. Ademais, as financeiras que operam com este tipo de crédito não discriminam taxas de juros nem correção monetária entre as diversas regiões. Apesar da ausência de informações, pode-se especular sobre a incidência regional deste mecanismo credití - cio.

É óbvio que a distribuição regional destes empréstimos está condicionada pela distribuição espacial dos mercados consumidores que, por sua vez, é função da renda média e do perfil distributivo dos rendimentos, sobremodo os de natureza assalariada. Neste sentido, é de se esperar que as regiões mais prósperas apropriem fração substancial dos saldos de crédito ao consumi - dor.

Há, no entanto, dois fatores adicionais a considerar. Em primei - ro lugar, a maior parte destes créditos destinam-se à aquisição de bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis, cuja produção, como já se observou no Relatório nº 1 e na parte I do presente relatório, é altamente concentrada no Sudeste, sobretudo em São Paulo. Em segundo lugar, as sedes das institui - ções financeiras, que operam com esta modalidade de crédito, localizam-se em sua maior parte no Sudeste. Há de se considerar, portanto, as transferências inter-regionais de poupanças das regiões mais pobres para o Sudeste propicia - das pela concentração industrial e financeira nesta região.¹ Por outro lado, cabe destacar que a apropriação dos juros e outros encargos financeiros localizam-se na região que tem a sede da instituição de crédito.

Estes fatores levam à conclusão que não somente a concentração dos dados de crédito ao consumidor é regionalmente concentrada nas regiões mais prósperas, mas que tem se operado transferência inter-regional de renda das regiões periféricas para o Sudeste, sobretudo São Paulo, através do siste - ma financeiro que trabalha com esta modalidade de crédito.

Outro programa de crédito, que não pôde ser analisado, refere-se ao sistema financeiro de habitação. A não disponibilidade de informações regionalizadas a respeito das aplicações do BNH impossibilitou a análise.

1 Recentemente o Estado de São Paulo publicou matéria em que pessoa compe - tente do setor financeiro afirmava que "cerca de 80% dos empréstimos for - necidos a consumidores, destinavam-se à aquisição de automóveis". Ao se adicionar a este, empréstimos para a compra de outros bens duráveis de consumo, delineia-se um quadro no qual, fração não desprezível das pou - panças familiares de todas as regiões são destinadas à aquisição de bens, que são produzidos em sua maioria no Sudeste, através de instituições financeiras cujas sedes se localizam nesta região.

3.5. Outros Efeitos da Política Monetária

Na seção III.1, analisou-se os efeitos da política monetária restritiva sobre a distribuição de crédito regional. Os dados apresentados não oferecem nenhuma evidência de tratamento discriminatório contra as regiões mais pobres durante períodos de queda na liquidez real da economia.

Mas a política monetária pode ter efeitos diferenciados sobre os setores agrícolas e industrial da economia e, conseqüentemente, efeitos diferenciados sobre as regiões.

O setor agrícola, por exemplo, inclui um número muito grande de produtores que oferecem produtos homogêneos no mercado. Assim, este setor pode ser caracterizado como um setor basicamente competitivo e com preços nominais flexíveis. Já o setor industrial é caracterizado pela presença de um número pequeno de produtores, barreiras tecnológicas e financeiras à entrada de novas firmas, e produtos diferenciados. Assim, este setor pode ser caracterizado como oligopolístico e é de se esperar, portanto, que tenha poder de controle sobre seus preços nominais.

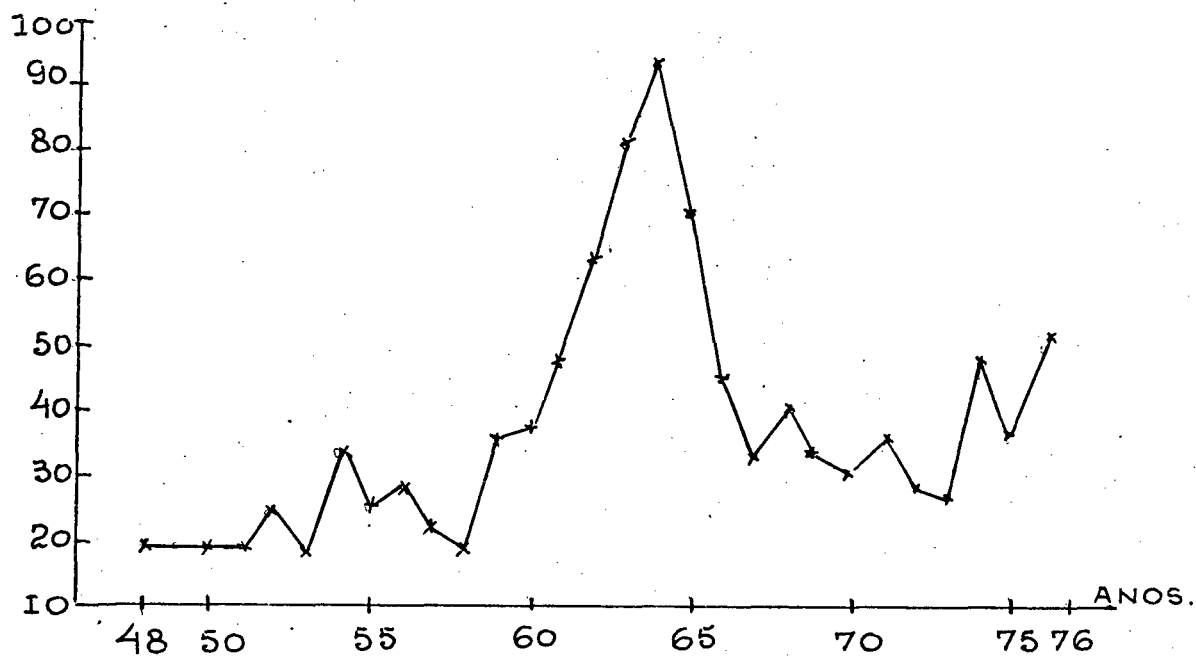
Assim definidos, as reações de ambos os setores a uma política monetária restritiva é bastante diferente. Uma contração da oferta de meios de pagamento derrubará rapidamente os preços nominais do setor agrícola, mantendo inalterado o volume de emprego. Já no setor industrial, a contração afetará mais o nível de emprego, mantendo constantes os preços industriais.

Sob estas hipóteses é de se esperar que as relações de troca entre agricultura e indústria tenham um comportamento cíclico: o relativo preços agrícolas/preços industriais cai quando se contrai a oferta de meios de pagamento e se eleva quando se expande a oferta de meios de pagamento.

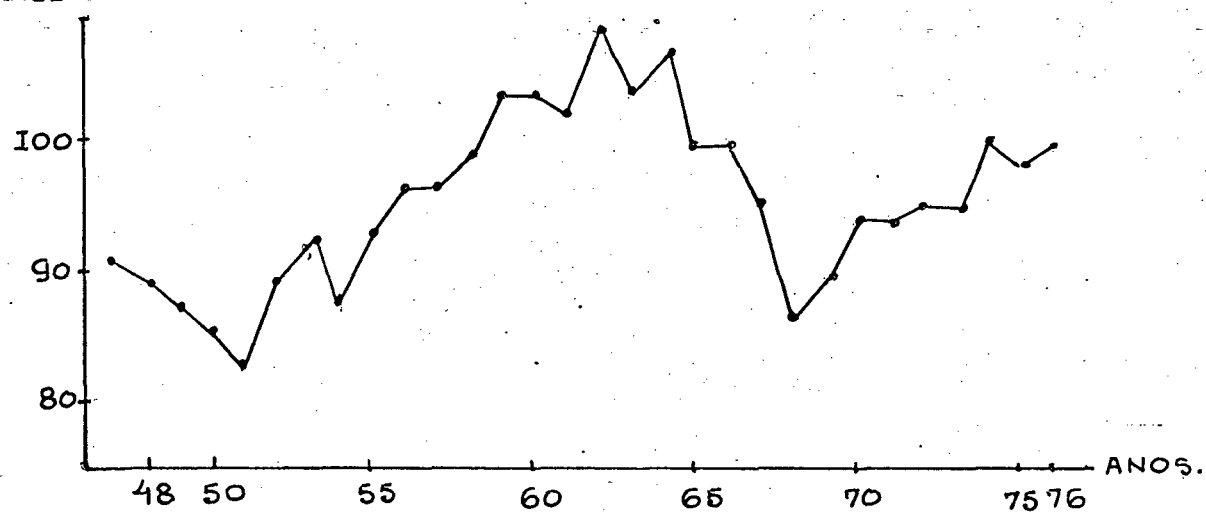
No gráfico abaixo, apresenta-se um índice de relação de trocas a agricultura-indústria onde se pode observar este tipo de comportamento.

As conseqüências deste resultado são importantes para compreender como a política monetária afeta as disparidades regionais de renda. Como o setor industrial se apresenta significativamente mais concentrado na região Sudeste do país, enquanto que a agricultura se distribui mais homogêneamente, uma contração na oferta de meios de pagamento implica numa deterioração dos termos de troca desfavoravelmente às regiões mais pobres do país.

TAXA DE CRESCIMENTO
DA RENDA NOMINAL



PREÇOS DE ALIMENTOS
DEFLACIONADO PELO
ÍNDICE 2 DA C.E.



Desta forma, a política monetária contracionista deve ter um efeito perverso sobre a distribuição de renda regional, independentemente do comportamento do sistema financeiro.

4. Resumo e Principais Conclusões

Definiu-se como efeitos do sistema financeiro sobre a distribuição de renda, um tratamento discriminatório na distribuição de empréstimos entre as diversas regiões. Não se considerou o problema das captações, pois estas são voluntárias e determinadas antes pela distribuição de renda do que pelo comportamento do sistema financeiro.

A análise empírica estudou a distribuição de empréstimos dos bancos comerciais e do BNDE. No setor de crédito subsidiado, estudou-se o crédito rural, os redescontos especiais e o de manufaturados exportáveis.

Quanto ao crédito ao consumidor, especulou-se a respeito de sua distribuição espacial e dos mecanismos de transferência interregional de renda propiciado por esta modalidade de crédito, apesar da ausência de base de dados que permitisse dar maior substância aos argumentos.

Os dados utilizados não permitiram constatar nenhum tratamento discriminatório contra as regiões mais pobres, no caso dos bancos comerciais - como um todo (oficiais e privados), nem mesmo em períodos de sensível queda nos índices de liquidez.

Resta, contudo, investigar com mais cuidado se os bancos privados não agem discriminatoriamente contra as regiões mais pobres, fenômeno que não transparece da análise com muita nitidez, dado que as informações estão muito agregadas e não permitem estudar o papel dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, que junto com o Banco do Brasil poderiam exercer um papel compensatório.

Os programas de crédito rural, por outro lado, apresentaram uma concentração regional muito mais elevada ao nível regional do que os créditos gerais dos bancos comerciais. No caso destes programas, pode-se concluir que têm um efeito perverso sobre a distribuição de renda regional.

Apesar do comportamento aparentemente neutro do sistema financeiro durante períodos de crise de liquidez, evidenciou-se que uma política monetária restritiva afeta mais os preços agrícolas do que os industriais, devido à organização econômica de cada um destes setores, e portanto agrava as dis

paridades regionais de renda,

Em resumo, pode-se concluir que apesar das observações sobre a atitude conservadora do setor financeiro e de sua natural discriminação entre os tomadores de menor renda, os dados apresentados não permitem concluir que este setor tenha distribuído empréstimos de uma forma prejudicial à redução das disparidades regionais. Os efeitos mais nitidamente desfavoráveis devem ser atribuídos antes às políticas de crédito subsidiado.

Este resultado não invalida as hipóteses sobre a atitude conservadora do sistema financeiro e seus efeitos sobre a distribuição de renda. Resta, contudo, muito a investigar nesta área onde a maior dificuldade se apresenta na ausência de uma base adequada de informações ao nível regional.